

Da Interpretação

Aristoteles

DA INTERPRETAÇÃO²⁹

16a1 Princípios por definir o nome e o verbo e, em seguida, explicar o que se entende por negação, afirmação, sentença e proposição.

5 Os sons emitidos pela fala são símbolos das paixões da alma, [ao passo que] os caracteres escritos [formando palavras] são os símbolos dos sons emitidos pela fala. Como a escrita, também a fala não é a mesma em toda parte [para todas as raças humanas]. Entretanto, as paixões da alma, elas mesmas, das quais esses sons falados e caracteres escritos (palavras) são originalmente signos, são as mesmas em toda parte [para toda a humanidade], como o são também os objetos dos quais essas paixões são representações ou imagens. Destes temas, contudo, me ocupei em meu tratado a respeito da alma;³⁰ dizem respeito a uma investigação diversa da que temos ora em pauta.

10 Como por vezes assomam pensamentos em nossas almas desacompanhados da verdade ou da falsidade, enquanto assomam por vezes outros que necessariamente encerram uma ou outra, coisa idêntica ocorre em nossa linguagem, uma vez que a combi-

29. ΠΕΡΙ ΕΡΜΗΝΕΙΑΣ (*Peri Hermeneias*). O verbo ερμηνεύω (*hermeneûo*) significa *exprimir o pensamento mediante a palavra*. O assunto fundamental de Aristóteles neste tratado é precisamente a linguagem na sua relação com o pensamento, como tradutora ou intérprete deste.

30. A referência parece ser ao *Da alma*, III, 3-8.

nação e a divisão são essenciais para que se tenham a verdade e a falsidade. Um nome ou um verbo por si mesmo muito se assemelha a um conceito ou pensamento que não é nem combinado nem dividido. Tal é o caso de *homem*, por exemplo, ou *branco*, se enunciados sem qualquer acréscimo. Não é verdadeiro nem falso. E uma prova disto reside no fato de que *bode-cervo*,³¹ na medida em que significa alguma coisa, não encerra em si nem verdade nem falsidade, a menos que adicionalmente dele prediques o ser ou o não ser, seja geralmente (isto é, sem conotação definida de tempo), seja num tempo particular.

II

O nome é um som que possui significado estabelecido somente pela convenção, sem qualquer referência ao tempo, sendo que nenhuma parte dele tem qualquer significado, se considerada separadamente do todo. Toma o nome próprio *Kallipos*; o *ipos* aqui é destituído de qualquer significado isolado, como teria na expressão *kalos ipos*.³² É necessário, contudo, observar que os nomes simples diferem dos compostos. Enquanto, no caso dos primeiros, as partes são completamente desprovidas de significado, naquele dos segundos possuem um certo significado, embora não separadamente do todo. Tomemos como exemplo *epaktrokeles*. O nome *keles* não possui nenhum significado isoladamente, mas apenas como parte do todo.³³

Já dissemos que um nome tem este ou aquele significado por convenção. Nenhum som é naturalmente um nome: converte-se em um tomando-se um símbolo. Ruídos inarticulados significam alguma coisa – como aqueles produzidos por animais selvagens. Mas nenhum ruído deste tipo é um nome.

Não-homem e similares não são nomes, e desconheço quaisquer nomes reconhecidos que se possam atribuir a expressões

31. Τραγελαφος (*tragelafos*), animal mitológico constituído por metade bode, metade cervo.

32. Aristóteles, evidentemente, exemplifica com termos gregos. O primeiro (*Καλλιππος*) é um nome próprio, e *kalos ipos* (*καλος ιππος*) significa bom cavalo, belo cavalo. Em português poderíamos exemplificar com o nome próprio Montenegro, no qual *monte* carece de significação isoladamente. Entretanto, na expressão composta *montenegro*, *monte* já tem significação.

33. Επακτροκελης quer dizer barco-pirata; κελης; barco, pequeno navio.

como esta, que não são nem negações nem frases [afirmativas]. Classifiquemo-las, por falta de melhor [opção], de nomes indefinidos, uma vez que as utilizamos com todos os tipos de coisas: ao que não é bem, como ao que é.

16b1 “De Filon”, “para Filon” e outras expressões [análogas] são casos³⁴ dos nomes, e não nomes. De outra maneira, definiríamos todos esses casos como o próprio nome é definido; mas quando lhes são acrescentados *é*, *era* ou *será*, não formam, então, proposições que são verdadeiras ou falsas, como o nome, ele mesmo, sempre forma, pois “é de Filon” não pode por si mesmo constituir uma proposição verdadeira ou falsa, e nem tampouco, “não é de Filon”.

III

O verbo é o que não apenas transmite um significado particular, como também possui uma referência temporal. Nenhuma parte por si mesma tem um significado. Ele indica sempre que alguma coisa é dita ou predicada de outra coisa. Que eu explique o que entendo por “como também possui uma referência temporal”. Por exemplo, *saúde* é um nome; *está saudável* é um verbo, não um nome, pois além de transmitir seu próprio significado, indica que o estado significado (ou seja, a *saúde*) existe agora. Portanto, o verbo é uma indicação de alguma coisa predicada de alguma coisa, quer dizer, de uma *alguma coisa* predicada de um sujeito ou neste encontrada presente.

10 “Está não-doente”, “está não-bem”, etc não deveriam ser considerados verbos. Ainda que certamente apresentem a referência temporal e atuem constantemente como predicados, desconheço qualquer nome reconhecido [para essas expressões]. Classifiquemo-las, na falta de [um nome] melhor, de verbos indefinidos, uma vez que as usamos com todos os tipos de coisas, tanto as que não são quanto as que são.

15 “Ele estava saudável” ou “ele estará saudável” não deveria, de igual modo, ser considerado verbo. Eu o chamaria de *tempo verbal*. Neste sentido, *verbos e tempos verbais* diferem: o verbo

34. O grego antigo, como o latim e o alemão, é uma língua declinada.

indica o presente, enquanto os tempos verbais indicam todos os tempos, exceto o presente.

- 20 Os verbos, por si mesmos e isoladamente, são nomes e significam alguma coisa, pois aquele que fala interrompe seu processo do pensar e o ouvinte faz uma pausa. Entretanto, não chegam a expressar juízos positivos ou negativos, pois mesmo os infinitivos *ser*, *não ser* e o particípio *sendo* somente são indicativos de fato *se* e *quando* alguma coisa complementar é acrescentada. Eles mesmos nada indicam, implicando uma cópula ou síntese, 25 dificilmente por nós concebível separadamente das coisas assim combinadas.³⁵

IV

- A sentença é fala dotada de significação, sendo que esta ou aquela sua parte pode ter um significado particular de alguma coisa, ou seja, que é enunciado, mas não expressa uma afirmação ou uma negação. Que eu o explique mais minuciosamente. Tomemos a palavra *homem*. Com certeza esta encerra um significado, porém nem afirma nem nega; é preciso que algo lhe seja acrescentado para que possa afirmar ou negar. Entretanto, as 30 sílabas da palavra *homem* são destituídas de significado. O mesmo ocorre com a palavra *rato*, da qual *-to* não possui significado algum, não passando de um som sem significação. Mas vimos que, nos nomes compostos, as partes particulares possuem um significado, ainda que não separadas do todo.

- 17a1 Entretanto, embora toda sentença tenha significado, ainda que não como um instrumento da natureza, mas, como observamos, por convenção, nem todas as sentenças podem ser classificadas como proposições. Chamamos de proposições somente as que encerram verdade ou falsidade em si mesmas. Uma prece, por exemplo, é uma sentença, porém não encerra nem verdade nem falsidade. Mas passemos isto por alto, uma vez que seu estudo diz respeito mais propriamente ao âmbito da retórica 5 ou da poética. O nosso exclusivo objeto de estudo nesta investigação é a proposição.

35. O verbo *ser* aqui é considerado apenas como verbo de ligação, excluindo a sua acepção existencial e ontológica.

V

Das proposições simples, o primeiro tipo é a afirmação simples,³⁶ o segundo a negação simples.³⁷ As demais proposições simples o são mediante conectivo.

- 10 Todas as proposições requerem a presença de um verbo ou da flexão verbal, pois mesmo a definição de homem não constitui ainda uma proposição, a não ser que *é*, *era*, *será*, ou algo deste tipo seja acrescentado. Mas alguém poderia indagar como é sustentável que a expressão “animal pedestre bípede” seja uma e não múltipla. O fato das palavras serem proferidas em sucessão não as torna uma unidade. Entretanto, essa questão diz respeito a uma investigação distinta da presente.

As proposições simples são as que indicam um fato singular (uno) ou que são singulares (unas) em virtude de uma conjunção. Proposições múltiplas ou compostas são as que indicam não unidade, mas multiplicidade, ou que apresentam suas partes sem conjunção.

O nome ou o verbo pode ser classificado por nós como mera palavra,³⁸ pois é impossível utilizarmos meros nomes ou verbos ao exprimir ou enunciar alguma coisa com a finalidade de constituir uma proposição, o que ocorre quer quando expressamos uma opinião espontânea, quer quando alguém nos propôs uma questão à qual estamos dando uma resposta.

- 20 E assim repetimos que um tipo de proposição³⁹ é simples, incluindo todas as que afirmam ou negam uma coisa ou outra [de um sujeito], enquanto o outro é composto, quer dizer, composto de proposições simples. Uma proposição simples, mais precisamente, é um enunciado falado com significado que afirma ou nega a presença de alguma outra coisa num sujeito no tempo passado, presente ou futuro.

36. καταφασις (*catáfasis*).

37. αποφασις (*apófasis*).

38. φασις (*fasis*).

39. αποφανσις (*apófansis*).

VI

25 Entendemos por *afirmação* a proposição que afirma *alguma coisa de alguma coisa*, e entendemos por *negação* a proposição que nega *alguma coisa de alguma coisa*.

Uma vez que é possível afirmar e negar tanto a presença daquilo que está presente quanto a presença daquilo que está ausente, o que pode ser feito mediante referência aos tempos que estão fora do presente, tudo o que se possa afirmar é possível também negar, e tudo o que se possa negar é possível também afirmar. Conclui-se que toda afirmação terá sua própria negação oposta, tal como toda negação terá sua própria afirmação oposta. Chamaremos de *contradição*⁴⁰ o par formado por uma proposição afirmativa e uma negativa em oposição, entendendo por proposições opostas as que realmente enunciam sempre os mesmos predicados e sujeitos, de maneira não meramente homônima [de sorte a gerar ambigüidade]. Estas e algumas outras condições são necessárias para podermos encarar as objeções [sutis e] problemáticas dos sofistas.

VII

Entre as coisas, há as *universais* e as *particulares*, e isso em função de ser sua natureza tal que possam ser (as universais) ou não ser (as particulares) predicados de muitos sujeitos; das universais é exemplo *homem*, e das particulares, *Calias*.

As proposições afirmativas e negativas necessitam às vezes ter sujeitos universais; outras vezes, sujeitos particulares. Supondo que estabeleçamos duas proposições, uma afirmativa e uma negativa, ambas universais na sua forma e tendo por sujeito um universal, teremos duas proposições *contrárias*. Por “ambas universais na sua forma e tendo por sujeito um universal” entendendo proposições como “*todo homem é branco*”, por um lado, e “*nenhum homem é branco*”, por outro. Quando, contudo, as duas proposições, ainda que tenham um sujeito universal, não têm caráter universal, não podemos classificá-las como *contrárias*, embora ocasionalmente, talvez, o significado seja *contrário*.

10 Tomemos, à guisa de exemplo disto, “*o homem é branco*”, “*o*

15 homem não é branco”, etc. O sujeito ou *homem* é universal e, no entanto, as próprias proposições não são enunciadas de maneira universal, pois nem uma nem outra contém a palavra *todo*. O sujeito não é um universal por ser referido a um *todo*, mas *todo*, aplicado ao sujeito, confere à proposição inteira sua universalidade absoluta. No entanto, ainda assim, se tanto o sujeito quanto o predicado forem usados na sua extensão máxima, a proposição resultante será falsa, uma vez que, de fato, nenhuma afirmação poderia, nestas circunstâncias, ser verdadeira. “*Todo homem é todo animal*” serviria como uma boa ilustração disto.

Chamo de opostos *contraditórios* a uma afirmação e uma negação quando aquilo que uma indica universalmente, a outra indica não universalmente.

Exemplos:

Todo homem é branco se opõe a *Algum homem não é branco*.

Nenhum homem é branco se opõe a *Algum homem é branco*.

20 No que tange aos opostos *contrários*, a afirmação e a negação igualmente apresentam um caráter universal, o sujeito sendo, em ambos os casos, tomado universalmente. Assim:

Todo homem é branco ou *Todo homem é justo* é o contrário, e não o contraditório, de *Nenhum homem é branco* ou *Nenhum homem é justo*.

25 Tratando-se dos *contrários*, notamos que ambos [na sua oposição] não podem ser *ao mesmo tempo* verdadeiros. Não obstante, seus contraditórios às vezes são *ambos* verdadeiros, ainda que seu sujeito seja uno e o mesmo. Assim:

Algum homem não é branco e *Algum homem é branco* são proposições verdadeiras. Todavia, no que respeita aos opostos contraditórios que têm universais por sujeitos e possuem caráter universal, um terá que ser verdadeiro, ao passo que o outro, falso. Isto também vale para proposições que apresentam termos singulares e particulares como seus sujeitos, como em “*Sócrates é branco*” e “*Sócrates não é branco*”. Quando, entretanto, as duas proposições não têm caráter universal, ainda que [sejam] sobre universais, nem sempre nos defrontamos com o caso de ser uma delas verdadeira e a outra, falsa, pois decerto podemos declarar muito verdadeiramente que “*o homem é branco*” e “*o homem não é branco*”, e que “*o homem é belo*” e “*o homem*

40. ἀντιφασίς (*antífasis*).

não é belo”. Se feio, um homem não é belo; e tampouco é ainda belo se apenas tende a tornar-se belo. Esta concepção de cunho sumário pode, à primeira vista, chocar a razão, visto que

35 “o homem não é branco” pareceria o equivalente a “nenhum homem é branco”. Mas, com efeito, o significado aqui não é idêntico, nem tampouco ambas as proposições são necessariamente verdadeiras ou falsas ao mesmo tempo. É evidente que a negação correspondente a uma afirmação simples ela mesma tem também que ser simples. A negação tem que negar exatamente aquilo que a afirmação afirma de um sujeito idêntico. Há

18a1 o requisito adicional dos sujeitos serem ambos universais ou particulares e também de ambos serem empregados ou não empregados em sua extensão máxima. “Sócrates é branco” e “Sócrates não é branco” constituem, desta forma, um par. Mas, se alguma coisa mais for negada ou o próprio sujeito for mudado, ainda que o predicado possa ainda permanecer, a negação não será uma proposição oposta, mas distinta. À proposição

5 “Todo homem é branco” opõe-se “Algum homem não é branco”; a “Algum homem é branco”, “Nenhum homem é branco”; a “O homem é branco”, “O homem não é branco”.

A título de síntese do exposto precedentemente, demonstramos que uma negação simples se opõe a uma afirmação simples enquanto *contraditório*, e explicamos também quais são os *contraditórios*. *Da classe das proposições contraditórias distinguimos posteriormente os contrários e explicamos quais são estes.*⁴¹

10 Demonstramos, ademais, que de dois opostos nem sempre um tem que ser verdadeiro, e o outro, falso; apresentamos as razões para isso e expusemos as condições nas quais um será falso, se o outro for verdadeiro.

VIII

Uma proposição é singular ou una quando afirma ou nega uma única coisa de alguma coisa, seja o sujeito universal ou não

41. O texto de Bekker se mostra aqui (trecho em *italico*) seriamente ambíguo, a não ser que o próprio manuscrito utilizado incorra por si numa impropriedade. Os opostos contrários não pertencem à classe dos opostos contraditórios, mas constituem eles uma classe, ou seja, os contrários não são um tipo distinto ou subclasse de contraditórios, como a leitura da passagem em comento poderia induzir a crer. O texto de L. Minio-Paluello possibilita uma tradução sumária e sem ambigüidade: *Que as proposições contrárias são distintas e quais são elas.*

e seja a proposição universal ou não. É possível indicarmos os exemplos abaixo uma vez que *branco* apresenta um significado único.

15	<i>Todo homem é branco.</i>	<i>Algum homem não é branco.</i>
	<i>O homem é branco.</i>	<i>O homem não é branco.</i>
	<i>Nenhum homem é branco.</i>	<i>Algum homem é branco.</i>

Se, contudo, um nome tiver dois significados que não se combinam para constituir um, a afirmação, ela mesma, deixará de ser una. Se, por exemplo, atribuirmos o nome *roupa* igualmente a um cavalo e a um homem, resulta que [a proposição afirmativa] “A roupa é branca” não será uma afirmação una, mas dupla, bem como [a proposição negativa] “A roupa não é branca” não será uma negação una, mas dupla, pois a proposição “A roupa é branca” significa realmente “O cavalo e o homem são ambos brancos”, proposição que, por sua vez, corresponde a dizer que “O cavalo é branco” e “O homem é branco”.

20 E se estas [proposições] possuem mais do que um significado e não constituem, efetivamente, uma única proposição, se concluirá que a proposição “A roupa é branca” tem, ela mesma, que ter mais do que um significado ou, em caso contrário, nada significa, já que nenhum homem é um cavalo.⁴² E, em consonância com isso, nem mesmo aqui, de duas proposições opostas como contraditórios uma é necessariamente verdadeira e outra necessariamente falsa.

25

IX

No que toca a coisas presentes ou passadas, as proposições, sejam afirmativas ou negativas, são necessariamente verdadeiras ou falsas. E quanto às proposições contraditórias sobre universais que apresentam sujeito universal, também necessariamente uma é verdadeira e a outra, falsa, ou então, como observado antes, possuem sujeitos particulares. Isso, contudo, não é forçosamente assim no caso de duas proposições tais que tenham

30

42. Ou, expresso formalmente de maneira diversa, mas contemplando a mesma idéia essencial: *já que não existe nenhum homem-cavalo.*

universais como sujeitos, mas que não são elas mesmas universais. Esta questão já foi igualmente discutida por nós

Quando, entretanto, lidamos com proposições cujos sujeitos são particulares enquanto seus predicados se referem ao futuro e não ao presente ou ao passado, percebemos que a situação se altera completamente. Afirmativas ou negativas as proposições, sendo elas mesmas verdadeiras ou falsas, todo predicado afirmado tem que pertencer ao seu sujeito ou não. Conseqüentemente, se alguém declara que um certo evento ocorrerá e outro indivíduo declara que não ocorrerá, um deles estará evidentemente dizendo a verdade, ao passo que o outro, com a mesma evidência, não estará. Ambos os predicados não podem pertencer a um único sujeito relativamente ao futuro, pois se é verdadeiro declarar que uma certa coisa particular é branca, esta tem que ser necessariamente branca. O inverso disso também vale. Por outro lado, quanto a ser branca ou não branca, é verdadeiro tanto afirmá-lo quanto negá-lo. E se não é, efetivamente, branca, então dizer que é será falso. E se *dizer que é* for falso, então resulta a coisa não ser branca. Somos, portanto, levados a concluir que todas as afirmações e todas as negações têm que ser ou verdadeiras ou falsas.

Ora, se tudo isso assim é, nada há que aconteça por acaso ou que seja atingido pelo acaso. Nada jamais acontecerá assim. Não pode haver nenhuma contingência, todos os acontecimentos tendo que se produzir por *necessidade*.⁴³ Ou aquele que sustenta que um determinado evento ocorrerá ou aquele que sustenta o contrário estará proferindo a verdade no que respeita a esse ponto. As coisas podem muito bem ocorrer ou não ocorrer, caso uma ou outra asserção não for necessariamente verdadeira, pois uma vez que este termo é empregado referindo-se tanto aos acontecimentos presentes quanto futuros, o contingente é aquilo que poderia ocorrer deste modo ou daquele.

Se, ademais, uma coisa é agora branca, então teria sido verdadeiro no passado afirmar que essa coisa seria branca, de modo que foi sempre verdadeiro dizer de toda coisa (seja qual for) que ela é ou ela será. Mas se em todo o tempo, entretanto, foi verdadeiro afirmar que uma coisa é ou será, é, no entanto, im-

43. Aristóteles opõe τυχῆν (tūquê) a ἀναγκήν (anagkē).

possível que *ela não seja* ou que *não esteja na iminência de ser!* Ora, se alguma coisa não tem a capacidade de não acontecer (de não vir a ser) é impossível para ela não acontecer, e se é impossível para alguma coisa não acontecer, é para ela *necessário* acontecer. A conseqüência disso é que os eventos futuros, como asseveramos, se produzem *necessariamente*. Nada é fortuito, contingente, pois se alguma coisa acontecesse por acaso, não aconteceria por necessidade.

Não podemos sustentar, todavia, que nem uma nem outra proposição⁴⁴ seja verdadeira. Por exemplo, não podemos sustentar que um certo evento se realizará nem que não se realizará no futuro. Isto porque, em primeiro lugar, mesmo que uma afirmação ou negação se provasse como falsa, ainda assim a outra [proposição] não seria verdadeira. Fosse, em segundo lugar, verdadeiro afirmar que a mesma coisa é tanto branca quanto grande, teria ela que possuir essas duas qualidades características necessariamente. Se as possuirá amanhã, isto o será necessariamente. Mas se [dizemos] que algum evento nem se realizará amanhã nem não se realizará amanhã, não há contingência. Tomemos como exemplo uma batalha naval. Constitui requisito em nossa hipótese que ela nem ocorresse nem deixasse de ocorrer amanhã.

Resultam estas e outras conseqüências despropositais⁴⁵ se supusermos, no caso de um par de opostos contraditórios detentores de sujeitos universais e eles mesmos universais (ou detentores de um sujeito particular), que um tem que ser verdadeiro e o outro, falso, que não pode haver neste caso nenhuma contingência, que todas as coisas que são ou ocorrem se produzem no mundo por necessidade. Não haveria necessidade de deliberar ou ter cuidados se conjeturássemos que uma vez adotada uma particular linha de conduta, um certo resultado se seguiria e que, se não o fizéssemos, não se seguiria. Nada obsta que alguém prediga com antecedência de, digamos, uns dez mil anos algum evento futuro, enquanto outra pessoa prediga o contrário; o que ocorrerá necessariamente corresponderá a uma das duas predições, não importa qual, tornada verdadeira no momento de sua

44. Isto é, nem a proposição afirmativa nem a negativa.

45. ἀτομα (atopa). Ατομος (atopos) se diz daquilo que não está no seu devido lugar, que está deslocado; por extensão, o que se apresenta bizarro, estranho, absurdo.

realização. E, com efeito, é totalmente irrelevante se predições contraditórias foram realmente feitas de antemão, pois o fato de alguém ter afirmado ou negado não altera o curso dos acontecimentos. E acontecimentos não são produzidos ou evitados pela afirmação ou negação de que virão a se realizar num tempo futuro; nem tampouco, acresçamos, importa a idade das predições. E, por conseguinte, se ao longo das eras a natureza das coisas foi tal que uma certa predição se revelou verdadeira, esta teria necessariamente que se tornar real; e a natureza de todas as coisas foi tal que os eventos se produziram necessariamente. Pois qualquer acontecimento que alguém no passado haja uma vez verdadeiramente predito tem forçosamente que, no devido decorrer do tempo, se produzir, e no que se refere àquele que numa ocasião se produziu, revelou-se verdadeiro sempre afirmar que se produziu no devido tempo.

Tudo isso é, todavia, impossível. Estamos cientes, com base em nossa experiência pessoal, que eventos futuros *podem* depender das deliberações e ações e que, nos expressando de um modo geral, essas coisas que não estão ininterruptamente em ato exibem uma *potência*, isto é, “a possibilidade de ser e de não ser”.⁴⁶ Se tais coisas *podem ser* ou *podem não ser*, os acontecimentos *podem ocorrer* ou *podem não ocorrer*. Disto há numerosos exemplos evidentes. Este casaco *pode ser* cortado em duas metades; não obstante isso, *pode não ser* cortado em duas metades; *pode desgastar-se* antes que isso venha a acontecer, de modo que *pode não ser* cortado em dois, pois salvo fosse realmente este o caso, não teria sido possível, em primeira instância, o desgaste do casaco. O mesmo vale para todos os demais eventos que em qualquer desses sentidos são potenciais [isto é, aos quais é atribuída possibilidade]. Fica claro que nem tudo é ou se produz por necessidade. Há casos de contingência, com o que a proposição afirmativa não é mais verdadeira ou mais falsa do que a negativa. Constatamos que alguns casos, ademais, ao menos no que tange à maioria e ao mais comum, apresentam tendência numa certa direção, o que não os impede, não obstante, de poderem, ocasionalmente, surgir na outra direção ou

46. Aristóteles rejeita a doutrina determinista ou fatalista. A respeito dos importantes conceitos de ato (*energeia* – *energhēia*) e potência (*dynamis* – *dynamis*), ver os tratados aristotélicos *Física* e *Metafísica*, que versam sobre as ciências teóricas homônimas.

direção mais esporádica. Aquilo que é deve ser necessariamente quando é; aquilo que não é não pode ser quando não é. Isto não quer dizer que tudo aquilo que é será necessariamente e que tudo aquilo que não é não será necessariamente. Com efeito, dizer que tudo o que é é necessariamente quando é, não é algo idêntico a dizer incondicionalmente que é por necessidade. Analogamente com aquilo que não é. E no caso de duas proposições contraditórias constata-se que vale o mesmo, ou seja, todas as coisas têm que ser ou não ser, têm que se produzir (vir a ser) ou não se produzir (vir a ser) neste ou naquele tempo no futuro. Não podemos, contudo, dizer determinadamente qual alternativa tem que se produzir necessariamente. Por exemplo, uma batalha naval amanhã necessariamente ocorrerá ou amanhã não ocorrerá uma batalha naval; mas não é necessário que amanhã ocorra uma batalha naval, como também não é necessário que amanhã não ocorra uma batalha naval. E assim, como a verdade das proposições consiste na correspondência com os fatos, fica claro, no caso de eventos nos quais se encontra contingência ou potencialidade em sentidos opostos, que as duas proposições contraditórias acerca deles terão o mesmo caráter.

Vemos ser exatamente este o caso das coisas que nem sempre são, ou que não são todo tempo, pois uma metade da dita contradição tem que ser verdadeira e a outra metade, falsa. Mas não há como distinguir qual uma metade e qual a outra. Embora talvez uma seja mais provável do que a outra, ainda assim não pode ser verdadeira ou falsa. Tratando-se de afirmações ou negações, não há, evidentemente, portanto, nenhuma necessidade de uma ser verdadeira e a outra, falsa, uma vez que o caso das coisas que não são ainda, mas têm a potência de ser, é distinto daquele das coisas que são. É como o asseveramos anteriormente.

X

5 A proposição afirmativa é a que afirma *alguma coisa* de alguma coisa. Seu sujeito é ou um nome ou algo inominado e é necessário, quanto ao sujeito e quanto ao predicado, que cada um seja uno em sua significação. Já explicamos o que entendemos por nome e por aquilo que é *anônimo*, uma vez que dissemos que *não-homem*, por exemplo, não era, a rigor, um nome e chamamos este tipo de coisa de “nomes indefinidos”, visto que

10 o que significam ou denotam é, de certo modo, uma coisa, porém indefinida. De maneira análoga, a frase “Não é saudável” não é, a rigor, um verbo, e chamamos este tipo de coisa de “verbos indefinidos”. Conseqüentemente, afirmações e negações consistem de um nome e de um verbo, quer propriamente ditos, quer indefinidos. A menos que haja também um verbo, não há afirmação nem negação, pois termos como *é*, *será*, *era*, *se torna*, etc. são todos verbos segundo nossa definição da palavra, posto que além de seu significado particular, possuem também uma

15 referência de tempo. E, portanto, “O homem é”, “O homem não é” formam a primeira afirmação e negação, seguidas por “O não-homem é”, “O não-homem não é”. Ademais, temos proposições como “Todo homem é” e “Todo não-homem é” – “Todo homem não é” e “Todo não-homem não é”. O mesmo raciocínio aplicamos ao que toca aos tempos futuro e passado.

No caso da presença de dois outros termos e o termo é ser usado como um terceiro, haverá dois tipos distintos possíveis de afirmações e negações.⁴⁷ Tomemos “O homem é justo” como

20 exemplo. O vocábulo é constitui aqui um terceiro termo, seja ele na sentença chamado de verbo ou nome. E, em conseqüência destes termos ou fatores, teremos aqui quatro proposições, duas delas correspondendo em sua seqüência (no que respeita à afirmação e à negação) àquelas proposições ou sentenças que se referem a um estado de privação, enquanto as outras não responderão a isso. Supondo que é seja adicionado a *justo* ou a

25 *não justo*, teremos duas sentenças afirmativas; supondo que *não é* seja adicionado, teremos duas sentenças negativas. Juntas, elas constituem as quatro proposições. [O que queremos dizer] fica claro pelo quadro abaixo.

[Afirmações]	[Negações]
<i>O homem é justo</i>	<i>O homem não é justo</i>
<i>O homem é não justo</i>	<i>O homem não é não justo</i>

47. Isto é, haverá duplicação do número das proposições opostas. Os lógicos posteriores a Aristóteles chamarão isto de *terti adjacentis*.

30 *É e não é*, nestes casos, estão adicionados a *justo* ou *não justo*. É desta forma que estas proposições estão dispostas nos *Análíticos*.⁴⁸ Na hipótese de utilizarmos os sujeitos em extensão universal, veremos que a regra é a mesma, a saber:

[Afirmações]	[Negações]
<i>Todo homem é justo</i>	<i>Algum homem não é justo</i>
<i>Todo homem é não justo</i>	<i>Algum homem não é não justo</i>

35 Não há [, entretanto,] possibilidade aqui, de maneira idêntica ao primeiro caso, das proposições unidas na diagonal serem ambas verdadeiras, ainda que isso seja possível algumas vezes.

Assim, dois pares de proposições opostas foram devidamente apresentados acima e dois outros se seguirão, desde que um terceiro termo seja adicionado a *não-homem* considerado como uma espécie de sujeito. [Vejam os:]

[Afirmações]	[Negações]
<i>O não-homem é justo</i>	<i>O não-homem não é justo</i>
<i>O não-homem é não justo</i>	<i>O não-homem não é não justo</i>

20a1 Não é possível descobrir mais pares de proposições opostas além destes. Mas o último destes grupos deveria ser visto como distinto dos dois que o precedem, por ter *não-homem* como sujeito.⁴⁹

5 Onde é não se ajusta como verbo e empregamos *caminha*, *tem saúde* e similares, estes verbos produzem o mesmo efeito que seria produzido se fosse empregado *é*. Assim, temos, por exemplo:

48. Ver *Análíticos Anteriores*, I, 46, 51b, nesta mesma edição.

49. Na verdade, a seqüência exata das oito proposições presentes nos dois últimos quadros aqui indicados não corresponde àquela que observamos nos *Análíticos Anteriores*, I, 36, 51b, o que levou, inclusive, alguns helenistas a retificar a ordem exibida neste tratado, mesmo porque esta discrepância causaria confusão na leitura daquilo que Aristóteles aqui chama de *proposições unidas na diagonal*. Preferimos manter a tradução em fiel consonância com o texto de Bekker, com a ressalva de que a seqüência dos *Análíticos Anteriores*, neste caso, deve ser a acatada.

<i>Todo homem tem saúde</i>	<i>Todo homem não tem saúde</i>
<i>Todo não-homem tem saúde</i>	<i>Todo não-homem não tem saúde</i>

Nestes casos devemos ter cautela para não dizer *não todo homem*, devendo o *não* ser adicionado a *homem*; o sujeito não é um universal por ter um *todo*, mas este indica que o sujeito enquanto tal é assumido em toda sua extensão. Isso se evidencia [em proposições] como:

<i>O homem tem saúde</i>	<i>O homem não tem saúde</i>
<i>O não-homem tem saúde</i>	<i>O não-homem não tem saúde</i>

Estas proposições diferem das anteriores devido a serem indefinidas e não universais na forma. Assim, *todo* e *nenhum* não significam mais do que o fato – seja a proposição afirmativa ou negativa – do próprio sujeito ser tomado em toda sua extensão. O resto da proposição permanecerá, portanto, em todos os casos inalterado.

“*Todo animal é justo*” tem como proposição contrária “*Nenhum animal é justo*”. É óbvio que estas duas proposições jamais serão concomitantemente verdadeiras e nem se aplicarão a um único sujeito. No entanto, seus dois contraditórios às vezes se revelarão ambos verdadeiros, quais sejam, “*Algum animal não é justo*” e “*Algum animal é justo*”. Então de “*Todo homem é não justo*” surge a proposição “*Nenhum homem é justo*”. “*Algum homem não é não justo*”, sua oposta, resulta de “*Algum homem é justo*”, pois tem que haver necessariamente algum homem justo.

Quando o sujeito é particular, desde que uma questão seja indagada e a resposta negativa seja verdadeira, uma certa proposição afirmativa terá também manifestamente que ser verdadeira. Tomemos a questão “*Sócrates é sábio?*”. Suponhamos que a resposta negativa seja verdadeira e então “*Sócrates é não sábio*”, inferência que pode ser feita corretamente de imediato. No caso dos universais, contudo, não é uma inferência semelhante (ou melhor, uma afirmação correspondente), mas sim, ao contrário, uma negação que pareceria ser verdadeira. Se a res-

posta negativa à questão “*Todo homem é sábio*” for verdadeira, inferir que “*Todo homem é não-sábio*” seria, nestas circunstâncias, falso, e “*Nem todo homem é sábio*” seria correta. Esta última é a [proposição] contraditória, e a primeira a [proposição] contrária.

Predicados e nomes indefinidos, tais como *não-homem* e *não justo* se afigurariam como sendo negações efetivas sem qualquer nome, qualquer verbo, como esses termos são mais propriamente usados. Mas não é realmente assim. Toda negação necessariamente tem que ser ou verdadeira ou falsa, e quem quer que diga *não-homem*, por exemplo, sem que nada seja juntado a isto, está dizendo não mais porém menos verdadeira ou falsamente do que aquele que diz *homem*. “*Todo não-homem é justo*” é uma proposição que não é em seu significado equivalente a qualquer proposição que mencionamos; nem tampouco é o seu contraditório, “*Algum não-homem não é justo*”. “*Todo não-homem é não-justo*”, entretanto, corresponde ao mesmo que dizer “*Nada que não seja homem é justo*”.⁵⁰

Pode-se transpor o sujeito e o predicado, com o que, todavia, não se acarreta qualquer alteração do significado da sentença. Assim dizemos “*O homem é branco*” e “*Branco é o homem*”, e se estas [proposições] não significassem o mesmo, deveríamos ter mais negações do que uma correspondendo à mesma afirmação. Mas demonstramos haver uma e apenas uma. A proposição “*O homem é branco*” tem como sua negação “*O homem não é branco*”; se “*Branco é o homem*” diferisse em algum modo no seu significado de “*O homem é branco*”, teria como proposição negativa “*Branco não é o homem*” ou “*Branco não é o não-homem*”, pois a primeira nega “*O homem é branco*” e a última nega “*Branco é o não-homem*”. Haveria, portanto, dois contraditórios de uma e mesma afirmação. A transposição do sujeito e do predicado, por conseguinte, não produz alteração alguma no sentido das afirmações e negações.

XI

Afirmar ou negar um só predicado de muitos sujeitos, ou muitos predicados de um só sujeito não constitui uma proposi-

50. Ou “*Nenhum não-homem é justo*”.

15 ção afirmativa ou negativa, salvo se o denotado pelo múltiplo no seu conjunto constitua uma alguma coisa una. Não denomino uno as coisas que, embora possuindo um nome, não se fundem numa unidade total. O homem é animal, bípede, civilizado: isto se funde num algo uno, ao passo que branco, homem e caminhar, não. Caso predicássemos estes de um sujeito ou afirmássemos um único predicado deles, a proposição resultante não seria una em sentido algum, exceto no lingüístico.

20 Se, então, a questão dialética consiste em exigir uma resposta – a concessão, quero dizer, de uma premissa de um entre dois contraditórios (tal como cada premissa, ela mesma, é) – a resposta a qualquer questão de tal natureza, na medida em que contém os predicados acima indicados, não pode ser uma proposição una. Ainda que a resposta procurada possa ser verdadeira, não obstante isso a questão não é una, mas múltipla.

25 Disto foram apresentadas explicações nos *Tópicos*.⁵¹ Ao mesmo tempo, a questão “O que é?” não é uma questão dialética, o que se evidencia pelo fato de que a questão deve ser estruturada de modo a dar ao respondente a possibilidade de enunciar, entre duas respostas contraditórias, a que desejar. A questão deve ser tornada mais específica, indagando, por exemplo, se o

30 ser humano possui ou não alguma qualidade definida.

Em certas combinações de predicados percebemos que os predicados separados se fundem em um predicado; em outras, ao contrário, não se fundem. Como – perguntamos – assoma esta diferença? Podemos ou usar duas proposições e enunciar, primeiramente, que o homem é um animal, em segundo lugar, que o homem é um bípede, ou – fundindo as duas em uma – enunciar que o homem é um animal bípede. Podemos fazer o mesmo uso de *homem e branco*. Mas o mesmo não ocorre com *sapateiro e bom*, pois se alguém é bom e um sapateiro não resulta disso que ele seja um bom sapateiro; a admissão de que a verdade de cada predicado separado conduz obrigatoriamente à de um predicado composto resultaria em muitos absurdos. Um homem é um homem e é branco; será, portanto, também um homem branco. E se ele é branco, então se segue que o composto também é branco, o que nos dará “um homem branco

35 branco”, e assim por diante, indefinidamente. Se tomarmos

21a1

51. Ver nesta mesma edição, *Tópicos*, VIII, 7.

músico, caminha e branco, [veremos] que estes podem ser combinados multiplamente. E de Sócrates, também, podemos dizer “Ele é Sócrates”, “Ele é um homem” e é, portanto, o homem Sócrates. Podemos chamá-lo de homem e de bípede e, por conseguinte, de *homem bípede*.

5 Afirmar, portanto, que os predicados podem sempre ser combinados sem qualquer exceção acarreta evidentemente muitos absurdos. Indiquemos, então, o princípio da matéria.

Predicados, se acidentais relativamente ao sujeito ou um relativamente ao outro, não se fundem em um. É possível dizermos “O homem é musical e branco”. A musicalidade e a bran-

10 cura, entretanto, não se fundem numa unidade, sendo ambas acidentais relativamente ao sujeito. Nem mesmo se fosse possível verdadeiramente dizer que tudo que é branco é musical, formariam *musical e branco* uma unidade, pois, com efeito, é somente incidentalmente que aquilo que é musical, é branco. Conseqüentemente, ser musical e brancura não se combinarão

15 numa unidade. Se um homem é bom e um sapateiro, não estamos autorizados a combinar os dois termos e assim classificá-lo igualmente de *bom sapateiro*. Entretanto, podemos combinar *animal e bípede* e classificar o homem como um *animal bípede*, pois estes termos não são acidentais.

Por outro lado, a unidade não pode ser formada por predicados estando um contido no outro. Assim, não podemos combinar *branco* repetidamente com o que já o contém ou qualificar um homem de *homem-animal* ou de *homem bípede*, quer dizer, animal e bípede são noções já implícitas em *homem*. Mas certamente podemos aplicar um predicado simples a um caso particular, dizendo de um determinado homem que é homem, que um determinado homem branco é homem branco. Mas nem sempre é assim. Quando encontramos no termo adjunto algum oposto que implique em contraditórios, somos induzidos a um discurso falso e não verdadeiro ao fazer a predicação simples, como ao classificar de homem um homem morto. Quando, ao contrário, não há oposto, a predicação simples será verdadeira. Ou poderíamos formular a situação da seguinte forma: supondo a presença de um oposto, estaremos impossibilitados de fazer uma predicação simples; onde, contudo, tal oposto está ausente, mesmo neste caso nem sempre podemos agir assim. Por exemplo, na proposição *Homero é... algo... digamos um poeta* (o que

20

25

servirá ao nosso propósito). Mas poderemos dizer também “Ele é”? Ou será esta uma inferência incorreta? É foi usado incidentalmente aqui, pois nossa proposição foi “Ele é um poeta” e o é não foi predicado dele no sentido substantivo da palavra.⁵²

Portanto, nessas predicções que não possuem nenhuma contradição que lhes seja inerente, se os nomes forem substituídos por definições e os predicados não forem acidentais, mas pertencentes às coisas neles mesmos, o particular poderá ser o sujeito também das proposições simples. Quanto, contudo, ao que não é, não é verdadeiro dizer que é de alguma forma, porque isto se acha no âmbito da opinião. E a opinião sobre o não-ser não é que ele é, mas que ele não é.

XII

Uma vez feitas essas distinções, é preciso examinar as relações entre afirmações e negações que expressam (afirmam ou negam) o possível e o não possível, o contingente e o não contingente, o impossível e o necessário – uma questão não isenta de algumas dificuldades. Concedamos que essas expressões compostas contendo *é* e *não é* são mutuamente contraditórias. Se tomarmos, por exemplo, “O homem é”, [veremos que] “O homem não é” é o verdadeiro contraditório, e não (que o destacemos) “O não-homem é”; ou se tomarmos “O homem é branco”, [teremos] “O homem não é branco”, e não “O homem é não branco”, pois, se assim não fosse, na medida em que a proposição afirmativa ou negativa é verdadeira de todos e quaisquer sujeitos, revelar-se-ia como verdadeiro afirmar que “uma tora é um homem não branco”.

Tudo isso pode ser prontamente concedido; mas, e quanto às numerosas proposições que não contêm *é* ou *não é*, nas quais estes são substituídos por algum outro verbo? Se os pontos de vista que acabamos de expressar são corretos, então este último cumpre a mesma função. “O homem caminha”, por conseguinte, tem por contraditório “O homem não caminha”. E dizer que “O não-homem caminha” é errado. As duas proposições “O homem caminha” e “O homem está caminhando” sig-

52. Ou seja, na acepção ontológica, pois “é”, além de atuar como cópula no verbo de ligação *ser*, também significa *existe*.

nificam exatamente a mesma coisa. Ora, se esta regra vale para todos os casos, a negação de “possível de ser” é “possível de não ser”, e não “não possível de ser”. Contudo, parece que para a mesma coisa é possível tanto ser como não ser. Assim, por exemplo, tudo aquilo que *pode* caminhar ou ser cortado, *pode* não caminhar ou não ser cortado. E a razão disso é que essas coisas que são, desta maneira, em *potência*, nem sempre são em ato.⁵³ Em tais casos, portanto, tanto a proposição afirmativa quanto a negativa serão verdadeiras, pois o que *pode* caminhar ou *pode* ser visto *pode*, inversamente, não caminhar nem ser visto.

Entretanto, proposições contraditórias nunca podem ser verdadeiras relativamente a um único sujeito. Conseqüentemente, concluímos que “possível de ser” não tem, afinal, “possível de não ser” como sua correta negação, pois resulta de nossas observações anteriores que ou podemos ao mesmo tempo de um sujeito afirmar e negar o mesmo predicado *ou não é*, na realidade, o acréscimo de *é* ou *não é* que produz uma afirmação ou negação. A primeira posição é inadmissível, [enquanto] é esta última que deve, assim, ser adotada.

A negação de “possível de ser” é “não possível de ser”. Lidamos de maneira idêntica com a proposição “É contingente que seja”, seu verdadeiro contraditório sendo “Não é contingente que seja”. O mesmo com as proposições semelhantes “É necessário”, “É impossível”. Pois, como nos exemplos anteriores, *é* e *não é* são acrescentados, enquanto as coisas reais (que são sujeitos) são *branco* e *homem*, aqui *ser* atua como sujeito, ao passo que “é possível” e “é contingente” são acrescentados, determinando o possível e o não possível no que tange ao *é*, como nos casos anteriores *é* e *não é* determinam que uma coisa é verdadeira ou não.⁵⁴

A negação de “possível de não ser” é “não possível de não ser”. Eis porque *pode-se* realmente pensar que “possível de ser” e “possível de não ser” resultam um do outro, pois é possível para a mesma coisa ser e não ser, estas proposições não sendo

53. λογος δε, οτι απαν το οντω δυνατον ουκ αιει ενεργει... (logos de, oti apant to onto dūnaton ouk aei energhei). Ver os conceitos de *dūnamis* e *energeia* na *Física*.

54. Em todo este parágrafo e no seguinte nos servimos também de outros textos além daquele de Bekker.

22a1 contraditórias. Contudo, “possível de ser” e “não possível de ser” não podem ser simultaneamente verdadeiras do mesmo sujeito, porque são opostas. Tampouco o podem as proposições “possível de não ser” e “não possível de não ser”.

5 Proposições que tocam à necessidade estão sujeitas a regras similares: “É necessário que seja”, “É necessário que não seja”; “Não necessário que seja” supre a negação da primeira, e não “Necessário que não seja”. Teremos, novamente, tomando a última, “Não necessário que não seja”. O mesmo vale também para “É impossível que seja” ou “...que não seja”. “Não impossível que seja” constitui a negação da primeira, e não “Impossível que não seja”; “Não impossível que não seja”, a correta negação da última.

Em termos gerais, portanto – como dissemos –, tem-se que tratar *ser* e *não ser* como os sujeitos e acrescentar um ou outro destes para produzir afirmações ou negações daqueles outros termos mencionados por nós: *possível*, *contingente*, etc.

10 Os pares seguintes devem ser considerados como pares contraditórios:

<i>Possível [de ser]</i>	<i>Não possível [de ser]</i>
<i>Contingente</i>	<i>Não contingente</i>
<i>Impossível</i>	<i>Não impossível</i>
<i>Necessário</i>	<i>Não necessário</i>
<i>Verdadeiro</i>	<i>Não verdadeiro</i> ⁵⁵

XIII

A partir destas afirmações e negações formuladas da maneira acima seguem-se logicamente certas conseqüências.

55. δυνατόν – οὐ δυνατόν (*dúnaton* – *oû dúnaton*); ἐνδεχόμενον – οὐκ ἐνδεχόμενον (*endecomēnon* – *oûk endecomēnon*); ἀδύνατον – οὐκ ἀδύνατον (*adúnaton* – *oûk adúnaton*); ἀναγκαῖον – οὐκ ἀναγκαῖον (*anagkaion* – *oûk anagkaion*); ἀληθές – οὐκ ἀληθές (*aléthes* – *oûk aléthes*).

	[Proposições]	[Conseqüências (Implicações)]
15	<i>É possível</i> ⁵⁶	<i>É contingente</i>
		<i>Não é impossível</i>
		<i>Não é necessário</i>
	<i>É contingente</i>	<i>É possível</i>
	<i>É possível de não ser (é contingente que não seja)</i>	<i>Não é necessário que não seja</i>
		<i>Não é impossível que não seja</i>
	<i>Não é possível</i> ⁵⁷ (<i>não é contingente</i>)	<i>É necessário que não seja</i>
		<i>É impossível que seja</i>
20	<i>Não é possível de não ser (não é contingente que não seja)</i>	<i>É necessário que seja</i>
		<i>É impossível que não seja</i>

Que estes pontos sejam examinados mais detidamente com a ajuda do quadro abaixo.

25	<i>É possível de ser</i>	<i>Não é possível de ser</i>
	<i>É contingente</i>	<i>Não é contingente</i>
	<i>Não é impossível que seja</i>	<i>É impossível que seja</i>
	<i>Não é necessário que seja</i>	<i>É necessário que não seja</i>

30	<i>É possível de não ser</i>	<i>Não é possível de não ser</i>
	<i>É contingente que não seja</i>	<i>Não é contingente que não seja</i>
	<i>Não é impossível que não seja</i>	<i>É impossível que não seja</i>
	<i>Não é necessário que não seja</i>	<i>É necessário que seja</i>

[As proposições] “É impossível que seja”, “Não é impossível que seja” são conseqüências ou implicações das proposições “É possível de ser”, “É contingente” e “Não é possível de ser”, “Não

56. ...de ser.

57. ...de ser.

35 é contingente” à maneira de contraditório, mas inversamente, pois *possível de ser* implica *não impossível [de ser]* (ou seja, a negação de *impossível*); *impossível*, a afirmação, é consequência da negação de *possível de ser*, isto é, de *não possível de ser*.

22b1 Vejamos agora como ficam as coisas com proposições que predicam necessidade. Não há dúvida que a situação aqui é diversa: proposições contrárias serão consequências de proposições contraditórias, pertencendo estas últimas, ademais, a seqüências distintas, uma vez que “Necessário que seja” não pode constituir a negação de “Necessário que não seja” – isto porque ambos estes predicados são perfeitamente válidos de um único sujeito, uma vez que quando é necessário que uma coisa seja, ela o é necessariamente. Ora, como se explica que todas as proposições predicadoras de necessidade não são identicamente consecutivas àquelas com as quais estamos lidando? A resposta 5 é que quando usadas com um sujeito contrário, predicar a impossibilidade equivale a afirmar a necessidade. Supondo-se – digo – que seja impossível para uma coisa ou outra *ser*, é necessário *não* que *seja*, porém, ao contrário, *que não seja*. Supondo-se, por outro lado, que seja impossível para uma coisa ou outra *não ser*, é necessário *que seja*. Assim, se constatamos que essas proposições que afirmam o impossível ou o inverso (o negam), sem mudança de seu sujeito, são consequências daquelas que predicam a possibilidade ou a não possibilidade, as que predicam a necessidade serão consecutivas daquelas com o sujeito contrário. *É necessário e É impossível* não têm significação idêntica e, não obstante, estão conectadas inversamente – um ponto no qual [já] tocamos.

10 Ou será que estamos impossibilitados de dispor contraditórios predicadores de necessidade do modo que fizemos acima? Afinal, o que é necessário também é possível de ser; em caso contrário, a consequência seria a negativa, pois uma ou outra (a negação ou a afirmação) tem que ser consecutiva. Conclui-se que se uma coisa não é possível de ser, tem necessariamente que ser impossível de ser. E, por conseguinte, declaramos como impossível de ser o que é necessário ser. Mas esta declaração é visivelmente absurda. Entretanto, de possível de ser segue-se logicamente não impossível de ser, do que se segue necessário de ser, resultando que o necessário de ser não é necessário de ser, com o que incorremos mais uma vez no absurdo. 15

20 Todavia, não é necessário de ser nem tampouco necessário de não ser consequências de possível de ser. Quero dizer que possível de ser envolve uma potencialidade bilateral. Caso uma das duas proposições que acabamos de mencionar fosse, entretanto, verdadeira, não disporíamos mais de ambas as alternativas. A coisa que *pode ser* (é possível de ser) *pode*, contudo, *não ser*. Mas supondo-se que é necessário que seja, não pode ao mesmo tempo *ser e não ser*. O que permanece, assim, que não necessário não ser se segue a possível de ser, posto que isto também é verdadeiro de necessário de ser. Notamos, também, que esta proposição se mostra contraditória relativamente à consequência de não possível de ser, uma vez que impossível de ser é consecutiva de não possível de ser, o sendo também necessário de não ser, cuja negação é não necessário de não ser. Assim, vemos que igualmente neste caso contraditórios se seguem a (são consecutivos de) contraditórios, segundo o modo que indicamos e que, ao serem dispostos deste modo, não conduzem a nenhuma impossibilidade.⁵⁸ 25

30 Seria permitido aqui levantar a questão de se de é necessário de ser se segue logicamente é possível de ser. Se não, a seqüência (consequência) lógica será o contraditório não possível de ser, ou caso se negue ser este o contraditório, ter-se-á que dizer que possível de não ser é o contraditório. Mas ambas essas proposições são falsas, se aplicadas ao que é necessariamente. Parece reconhecer-se que coisas que *podem ser* ou que *podem ser cortadas, podem*, inversamente, *não ser* ou *não ser cortadas*, o que corresponde a dizer e nos leva a concluir que aquilo que é necessário ser pode não ser,⁵⁹ o que é falso. Está claro que nem tudo que é capaz de ser ou caminhar detém a potencialidade oposta. Há casos que atestam o contrário. Para começar, há aquelas coisas que possuem uma potência não racional, entre as quais encontramos o fogo, que é capaz de emitir calor, que é 35 uma potência não racional. As potências racionais surgem de múltiplas formas ou através de resultados ou direções contrários. Mas nem todas as potências não racionais são assim; o fogo, a fim de reiterarmos o que dissemos, não pode tanto emitir quanto 23a1

58. Ou, pode-se entender também: *a nenhum absurdo*.

59. ...το αναγκαιον ειναι ενδεχομενον μη ειναι... (*to anagkaion einai endecomemon me einai*): o necessário de ser é contingente de não ser seria a tradução literal e precisa.

5 não emitir calor e, tampouco, pode qualquer outra coisa em ato possuir uma tal potência. Algumas potências irracionais,⁶⁰ entretanto, são também capazes de opostos. Mas o que desejamos enfatizar em nossas observações é que nem toda potência admite opostos, mesmo quando a potência é empregada de modo inteiramente não ambíguo, os opostos correspondendo à mesma idéia do potencial.

10 Por vezes há ambigüidade do termo.⁶¹ O próprio *possível* é ambíguo. Por um lado, é empregado com referência a fatos e coisas atualizados. É *possível* a alguém caminhar porquanto efetivamente caminha e, em geral, chamamos uma coisa de *possível*, uma vez que já se encontra em ato; por outro lado, emprega-se *possível* com referência a uma coisa que *poderia* converter-se em ato: é *possível* a alguém caminhar, uma vez que sob certas condições caminharia. É somente ao que é capaz de se mover que pertence esse tipo de potência, enquanto a primeira pode ser possuída também pelas coisas incapazes de movimento. Em ambos os casos, daquele que caminha e está em ato e daquele que tem a potência do caminhar mas não tem esta potência convertida em ato (*atualizada*), é correto dizer que não é impossível que caminhasse (ou que fosse). Ora, esta última
15 potência não pode ser afirmada do necessário na sua acepção não qualificada; a outra, contudo, pode ser afirmada. A título de conclusão, portanto, tal como o universal se segue do particular, o possível se segue daquilo que existe por necessidade, ainda que não em todos os seus sentidos. A necessidade – penso – e sua ausência, no que concerne ao *ser* ou *não ser*, de fato podem propriamente ser chamadas de primeiros princípios, de sorte que
20 tudo o mais deve ser contemplado meramente como o que se lhes segue ou sua conseqüência.

Do exposto anteriormente fica evidente que o *necessário* é também o *atual*⁶² e que o atual é anterior ao potencial na medi-

60. αλογους δυναμεις (*alogous dunameis*).

61. A tradução mais vizinha da literalidade, que na verdade expressa essencialmente a mesma idéia, é: *Algumas potências são homônimas* [Ἐνται δε δυναμεις ομωνυμοι εισιν. (*Eniai de dunameis omonūmoi eisin*)].

62. O leitor deve reter sempre que os termos *atual*, *atualidade*, *ato* em Aristóteles não encerram simplesmente as significações ordinárias daquilo que está inserido no tempo presente; na sua oposição necessária à potência (*dūnamis*), o ato (*energeia*) inclui, sim, a temporalidade presente (em contraposição ao passado e ao fu-

25 da em que o eterno é anterior. Há, em primeira instância, aqueles atos completamente destituídos de potência, tais como as substâncias primárias.⁶³ Em seguida há a classe de coisas que são atuais e também potenciais. No que tange a estas, o ato é anterior à potência na ordem da natureza, ainda que não o seja no tempo. Em último lugar, há as coisas que permanecem como potências e jamais se convertem em atos.

XIV

A dúvida aqui suscitada é se uma proposição afirmativa é contrária a uma proposição negativa ou contrária a uma segunda afirmação. A proposição “Todo homem é justo” tem como contrária “Nenhum homem é justo” ou “Todo homem é injusto”?
30 “Calias é justo”, “Calias não é justo”, “Calias é injusto” ilustram o que quero dizer. Quais destas proposições são contrárias?

Na hipótese dos sons orais acompanharem o [juízo] que ocorre no intelecto – e mais, que o [juízo] que ocorre no intelecto é contrário a um juízo que apresenta um predicado contrário, como “Todo homem é justo” contrário a “Todo homem é injusto”, então o mesmo deverá também valer para as afirmações faladas. Por outro lado, se supormos que o juízo que predica o contrário não é, no intelecto de quem fala, reciprocamente o contrário, uma afirmação não será contrária à outra afirmação, mas a contrária verdadeira será a negação. Assim, temos que indagar que tipo de juízo verdadeiro é contrário a um juízo falso:
35 é o que nega o juízo falso ou aquele que pronuncia o contrário? Tomemos, por exemplo, três juízos concernentes a uma coisa

turo), mas sua denotação abrange mais essencialmente o aspecto ontológico, quer dizer, o existencial. A laranjeira é o *ato* da *potência* semente de laranja. Mas embora a germinação da semente e o crescimento pleno da laranjeira hajam requerido tempo para que a laranjeira se revelasse como tal num determinado momento no tempo, a laranjeira já se acha em potência na semente de laranja. É provável que Heidegger tenha se inspirado na metafísica aristotélica ao explicitar que o ser é (existe) no tempo.

63. A impressão que se tem é precisamente o contrário, ou seja, a potência parece ser anterior ao ato. Mas Aristóteles está vinculando o par potência/ato ao *eterno* [...αἰδία (*aidia*)], aquilo que não tem começo nem fim, a saber, o atemporal, o não inserido no tempo. Deus e as Inteligências que movem os corpos celestes, as substâncias primárias [...πρωται ουσιαι (*protai ousia*)], são atos *puros*, atos para os quais não houve, não há e não haverá potência. Atentar para a imediata seqüência e consultar os tratados *Física e Metafísica*.

23b1 que é boa: um juízo verdadeiro (de que *ela é boa*), um falso (de que *ela não é boa*) e um terceiro – completamente distinto – de que *ela é má*. Dos dois últimos, qual constitui realmente o contrário ao verdadeiro? Ou, supondo que constituem no seu teor um único juízo, que expressão verbal é a contrária?

5 Imaginar que juízos contrários são os que têm sujeitos contrários é equívoco, pois o juízo de que uma coisa boa é boa e o juízo de que uma coisa má é má são talvez idênticos e verdadeiros, trate-se [formalmente] de um ou mais juízos. Os sujeitos são contrários aqui, mas o que torna os juízos contrários é deterem dois sentidos contrários e não deterem dois sujeitos contrários.

Suponhamos que temos dois juízos sobre uma coisa que é boa, um opinando que essa coisa é boa e outro que não é; suponhamos também haver outras qualidades que não são inerentes e nem poderiam ser inerentes ao bom. Neste caso, não devemos afirmar como contrários ao juízo verdadeiro, quer os juízos que conferem ao sujeito o que não lhe é inerente, quer aqueles que não lhe conferem o que lhe é inerente, na medida em que, no que tange a ambos os tipos desses juízos, não há limitação de número para eles. Classificaremos como contrários aos juízos verdadeiros os juízos nos quais o erro está presente. E estes têm a ver com a geração. A geração significa a passagem ou transição de um de dois extremos para o outro, sendo o erro esta transição.

15 O que é bom, portanto, é concomitantemente *bom* e *não mau*, sendo que a primeira destas qualidades lhe pertence por essência, ao passo que a segunda lhe pertence apenas por acidente, pois é por acidente que é *não mau*. Mas o juízo mais verdadeiro acerca de qualquer coisa é aquele sobre a essência da coisa, tal como o falso é realmente o mais falso quando, de maneira análoga, se ocupa de sua essência. Um falso juízo, que trata da essência, é “O que é bom não é bom”. “É mau”, ainda
20 que também um falso juízo, concerne apenas ao que é acidental. Assim, o juízo que enuncia a negação de bom é *mais falso* do que aquele que predica alguma qualidade contrária. E, por conseguinte, quem está o mais completamente errado é aquele que neste ou naquele ponto sustenta um juízo que é contrário àquilo que é verdadeiro, já que os contrários pertencem às coisas que no domínio da mesma classe diferem maximamente. Na suposição, portanto, de que entre dois juízos um seja contrário ao que

25 é verdadeiro, mas de que o que é contraditório é ainda mais contrário, o último será necessariamente o verdadeiro contrário. Julgar ser má uma coisa boa é, ademais, um juízo composto, uma vez que aquele que assim julga – penso – tem necessariamente que com igual certeza julgá-la *não boa*.

Então, por outro lado, o juízo contraditório é sempre o contrário ou nunca o é.⁶⁴ E se isso vale em todos os demais casos, também tem que valer neste, e a posição que assumimos foi correta. No caso de coisas que não possuem contrários, sustentamos que é falso o juízo que nega aquilo que o verdadeiro afirma. Assim, está errado aquele, por exemplo, que supõe um homem não um homem. Se neste caso os contrários são os negativos, então – concluímos – eles o são sempre.

Por conseguinte, dizer que *Aquilo que é bom é bom* constitui um juízo paralelo àquele outro que enuncia que *Aquilo que não é bom não é bom*, e julgar que *Aquilo que é bom não é bom* constitui um juízo paralelo ao juízo *Aquilo que não é bom é bom*. O que é contrário, então, ao juízo verdadeiro *Aquilo que é não bom não é bom*? Decerto não será *Aquilo que é não bom é mau*, o qual poderia ser verdadeiro, e juízos verdadeiros jamais podem ser contrários. Algumas coisas que não são boas são más, de forma que ambos os juízos podem ser concomitantemente verdadeiros. Igualmente não será o juízo *Aquilo que é não bom não é mau*, posto que este também poderia ser verdadeiro, uma vez que estas qualidades poderiam estar co-presentes. E deste modo somos levados a concluir que o juízo
24a1 *Aquilo que é não bom não é bom* apresenta como contrário *Aquilo que é não bom é bom*, que, efetivamente, é um juízo falso. Concluímos analogamente que o juízo *Aquilo que é bom não é bom* é o contrário do juízo *Aquilo que é bom é bom*.

Tomar a afirmação universal evidentemente não alterará nada. O juízo negativo universal será, então, o contrário óbvio. Por exemplo, o juízo através do qual se enuncia *Tudo que é bom é bom* apresentará como seu contrário o juízo *Nada do que é bom é bom*. O juízo *Aquilo que é bom é bom*, uma vez que *bom* (o sujeito) seja tomado universalmente, corresponde ao juízo que enuncia *Aquilo que é bom é bom*, este em nada sendo diferente

64. Ou, em outras palavras, a contrariedade se acha sempre na negação ou não se acha em lugar algum.